

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2024

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO - (valores expressos em reais)

ATIVO	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Bancos - Nota 4.....	258.584,86	9.730,08
Aplicações Financeiras - Nota 4.....	27.863,34	1.396.480,18
Recebíveis de Clientes e outros recebíveis - Nota 5.....	192.218,56	507.639,94
Adiantamento a Funcionários.....	8.953,49	9.080,66
Adiantamentos a Fornecedores.....	1.936,00	0,00
Despesas Antecipadas.....	17.711,36	17.975,03
Estoque - Almoxarifado - Nota 3f.....	1.089,00	1.089,00
<b>508.356,61</b>	<b>1.941.994,89</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.128.687,46</b>	<b>607.544,35</b>
Tributos a Recuperar.....	-	136,08
Impostos Federais.....	-	136,08
<b>Aplicações Financeiras - 4a.....</b>	<b>2.128.687,46</b>	<b>607.408,27</b>
Banco Safra - AGIBANK.....	815.366,01	-
Banco Safra - PARANABM.....	619.286,95	607.408,27
Banco Safra - C6.....	152.976,05	-
Banco Safra - BR PARTNER.....	269.448,49	-
NBCBANK - Open Market.....	271.609,96	-
<b>IMOBILIZADO</b> - Nota 6.....	<b>102.794,53</b>	<b>129.823,69</b>
Imobilizado.....	557.515,44	558.026,28
(-) Depreciação Acumulada.....	(454.720,91)	(428.202,59)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.231.481,99</b>	<b>737.368,04</b>
	<b>2.739.838,60</b>	<b>2.679.362,93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em reais)

1. **Atividades:** a) Estrutura institucional: A Fundação Irmão José Otão - FIJO, nos termos do seu estatuto, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Não distribui resultados sob qualquer forma; não remunera seus administradores; aplica suas rendas na realização de suas finalidades estatutárias; assim sendo, goza de imunidade tributária, federal, estadual e municipal. A entidade cumpre com todas as obrigações fiscais ECD, ECF, DIRF, DCTF, DCTFWeb. A entidade mantém escrituração de suas receitas, custos e despesas de forma digital através das Declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua exatidão. b) **Fontes de recursos:** Para o cumprimento de suas finalidades, a FIJO utiliza-se de recursos que são obtidos, principalmente, através de: • Prestação de serviços na oferta e no gerenciamento de estágios para alunos de graduação, pós-graduação e ensino médio da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e de outras instituições de Ensino Superior conveniadas com a FIJO; • Prestação de serviços de capacitação por meio de cursos de extensão e in company; Prestação de serviços de gerenciamento de projetos na área de educação, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as diretrizes contábeis definidas pela legislação societária brasileira e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 - R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros através da Resolução do CFC nº 1.409/12.

3. **Principais Diretrizes Contábeis:** a) **Apuração do resultado:** a entidade adota o princípio da competência para o registro de suas receitas, custos e despesas. b) **Ativo circulante e não circulante:** são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Ativos de realização duvidosa possuem estimativa considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. c) **Ativo imobilizado:** registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considera a depreciação do imobilizado, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na Nota 6. As taxas seguem a definição de vida útil (conforme previsto no item 27 k da ITG 2002 - R1). d) **Passivo circulante:** demonstrado por valores conhecidos e provisionamentos, incluindo os encargos e variações monetárias incorridas.

6. **Imobilizado:**

Taxas Anuais de Depreciação	Circulante	2024	2023
Móveis e utensílios.....	8,33%	93.553,58	118,12
Equipamentos de informática.....	25%	181.864,77	(157.413,85)
Máquinas e equipamentos.....	6,66%	67.402,86	24.450,92
Benefícios em propriedade de terceiros.....	5%	214.694,23	3.238,60
	<b>557.515,44</b>	<b>104.040,06</b>	<b>41.474,18</b>
		<b>(454.720,91)</b>	<b>36.881,52</b>
		<b>102.794,53</b>	<b>75.275,23</b>
		<b>129.823,69</b>	

A Entidade não identificou indícios para efetuar a provisão de desvalorização do Imobilizado (teste de recuperabilidade dos Ativos) em 2024. Atualmente a taxa de depreciação utilizada, é conforme o Laudo de Avaliação emitido, pela empresa Global Consultoria - Inventário e Avaliações, realizada com data de referência em dezembro de 2022, com base na vida útil. Os grupos do Ativo Imobilizado considerados nos critérios acima são: Máquinas e Equipamentos; Equipamento de Informática e; Móveis e Utensílios. Considerando as informações elencadas acima, entendemos que os itens do nosso Patrimônio, apresentam-se adequadamente registrados.

7. **Bolsas de Estágio a Repassar:** Apresenta os valores recebidos, relativos a bolsas de estágio para os beneficiários contratados por empresas por intermédio da FIJO.

8. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio social da FIJO é constituído por dotações iniciais dos instituidores e legados e dos bens e valores decorrentes das atividades ou de rendas patrimoniais. O patrimônio da FIJO somente poderá ser utilizado na sua manutenção e na consecução das suas finalidades. Os resultados dos períodos apurados ao final de cada ano foram incorporados ao patrimônio social. Considerando a natureza da FIJO, não foram distribuídos lucros, bonificações ou vantagens aos integrantes dos órgãos administrativos, mantenedores ou associados, sob qualquer forma. Os ingressos de receitas estão de acordo com a previsão estatutária.

SANDRO ANDRE BOBRZYK Presidente - CPF 977.887.750-53	RAQUEL ARAUJO BERNARDON Vice-Presidente - CPF 908.351.820-53	SILVANE RIBEIRO PINTO Contadora - CPF 595.230.690-04
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>		

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação Irmão José Otão, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2024 e à vista do Relatório dos Auditores Independentes AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, examinadas à luz dos padrões nacionais e internacionais de contabilidade, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação Irmão José Otão, estando a referida documentação, em condições de ser submetida à aprovação pela Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 07 de abril de 2025.

MILTON FERNANDO DA S DE OLIVEIRA

CPF 475.275.100-30 - RG 1032047233

OSMAR TOMAZ DE SOUZA

CPF 555.306.059-15 - RG 8091288368

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na Resolução do CFC nº 1138/08, que aprova a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre-RS, 14 de março de 2025.

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**

CRC/SP 2SP "S" "RS" 024298/0-3

**ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO**

Contador - CRC/SP "S" "RS" 187.003/0-0

CNAI - SP - 1620

**JACQUELINE CLÉLIA ROSA DA ROSA**

Contadora - CRC/RS 072.216/0-5

CNAI nº 1975

